

SOCI ALIS

DOSSIER TEMÁTICO

QUE GÉNERO É ESTE?

ENTREVISTA A MAMADOU BA

RACISMO E DESIGUALDADES ESTRUTURAIS

JORNAL DO NÚCLEO DE ESTUDANTES DE SOCIOLOGIA DO ISCTE-IUL

Nº3 || JULHO 2019

ÍNDICE

- 3. **Editorial**
 - 4. **Dossier Temático**
Que género é este?
 - 12. **Investigação Sociológica**
 - 14. **Em Diálogo com...**
 - 20. **Debate na Imprensa**
 - 22. **Retratos – Ser socióloga**
 - 24. **Opinião**
 - 26. **Atividades do Núcleo**
 - 28. **Núcleo Convidado**
 - 30. **As Nossas Sugestões**
 - 31. **A Tua Voz**
 - 32. **Agenda Sociológica**
-

FICHA TÉCNICA

Edição NESISCTE || **Coordenação Editorial** Rodrigo Rufino || **Redação** Alexandre Pereira, Cristiano Oliveira, Inês Pedro, José Veiga, Lílíana Azevedo, Marco Carreira, Rodrigo Rufino || **Colaborações Externas** Ana Ribeiro Cruz, Carla Cerqueira, Cristina L. Duarte, João Pereira, Mariana Carrajola, Sandra Palma Saleiro ||
Grafismo e Paginação Mariana Ferreira || **Ilustrações** Mariana Ferreira || **ISSN 2184-447X**

Contactos Avenida das Forças Armadas || ISCTE-IUL, Edifício 2, Cacifo 264 || 1649-026 Lisboa
nucleosociologia.iscte@gmail.com
www.nesiscte.com

EDITORIAL



Mariana Ferreira

É com orgulho que o NESISCTE fecha este ano letivo com o lançamento da 3ª edição do *Socialis*, com mais novidades e o mesmo rigor que nos caracteriza.

Esta edição abre com um *Dossier Temático* dedicado ao género, um tema vasto sobre o qual não é possível refletir em todas as suas dimensões, atendendo ao espaço limitado de uma publicação como esta. Media, moda e desporto foram alguns dos ângulos de abordagem escolhidos para questionar a sociedade de que somos parte. A diversidade de género é ainda aprofundada na rubrica *Investigação Sociológica*. O racismo é outro dos temas em destaque nesta edição; a redação do *Socialis* esteve *Em Diálogo com* o ativista e dirigente associativo Mamadou Ba. Também o *De-*

bate na Imprensa é dedicado a este tema que avivou meios de comunicação social e redes sociais nos primeiros meses do ano. Nesta edição ainda, o *Retrato* de uma socióloga que enveredou pela área informática. Em *Opinião*, podem ler o texto de um aluno de licenciatura que respondeu ao nosso desafio mensal sobre violência no namoro. Seguem-se uma síntese das *Atividades do NESISCTE* desenvolvidas neste último semestre. Enfim, a novidade do jornal é a nova rubrica *Núcleo Convidado* que, nesta edição, é o Núcleo de Estudantes de Sociologia do ISCSP. A fechar o jornal, *As Nossas Sugestões* de livros, música e cinema, mas também um poema de um aluno do ISCTE-IUL na rubrica *A Tua Voz* e, claro, a *Agenda Sociológica* para os próximos meses, para que nunca falte Sociologia na tua vida!

Concluimos, assim, um ano de intensa atividade, antes de uma merecida pausa estival, durante a qual iremos nos preparar para mais um ano de muita exigência e ação. Não vais querer perder o que vamos preparar para a tua rentrée sociológica! Até lá, aproveita o sol...

DOSSIER TEMÁTICO

FEMINISMOS, GÉNERO E MASCULINIDADES: OS HOMENS NA CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO.

João Pereira

Conselho da Europa

Do que falamos quando falamos de igualdade de género em pleno século XXI? E qual tem sido o contributo dos homens na construção desta igualdade? As respostas a estas duas questões ultrapassam em muito os caracteres deste texto. Os entendimentos sobre o que é a igualdade de género variam consoante as perspetivas de abordagem. No campo dos poderes públicos, por exemplo, e da forma como o Estado trata esta matéria, o conceito vem geralmente abordado nos planos nacionais para a igualdade. Já no campo das organizações da sociedade civil, é um entendimento muito diverso que acompanha a polifonia destas organizações que com este conceito trabalham, na sua grande maioria feministas. E devemos muito aos feminismos em matéria de direitos humanos! Não foi uma mera vaga de reivindicação dos direitos civis e políticos para as mulheres (movimentos sufragistas) ancorada lá atrás no século XIX. Se o voto foi um ponto de partida, o caminho que se seguiu passou por denunciar todo um universo opressor nas esferas da igualdade de direitos na família, direito à educação, direito a um trabalho remunerado e de igual valor,

sexualidade, direito a uma vida sem violência, direito ao exercício da cidadania, etc. No fundo, inspiradas por Simone de Beauvoir (“O Segundo Sexo”, 1949), mulheres que questionaram o determinismo biológico (sexo) e todos os papéis sociais e culturais que lhes foram sendo atribuídos (género) ao longo de toda a história pela sociedade patri-

“SERÁ QUE CRESCER RAPAZ SÓ PODE
SIGNIFICAR BRINCAR COM ARMAS OU
HAVERÁ ESPAÇO PARA DESENVOLVER OUTRAS
CAPACIDADES HUMANAS BRINCANDO ÀS
COZINHAS?”

arcal. Sendo uma alocução à questão dicotómica sexo/género, importa sublinhar a sua história descontínua moldada pelos diferentes discursos nos diferentes momentos históricos, incluindo os discursos epistemológicos, desde que os Estudos sobre

as Mulheres ou os Estudos de Género entraram nas universidades e associações científicas, na década de 70 do século XX. Na contemporaneidade, a perspectiva interseccional, com origens nos feminismos negros (Kimberlé Crenshaw, 1989), já interpreta os feminismos como complexas configurações estruturais de poder em torno do sexo, género, sexualidade, origem étnica, idade, capacidade física, entre outras, em que nenhum destes fatores identitários tem prioridade, exclusividade e predominância sobre qualquer outro, nem lhe permite estar conceptualmente isolado das texturas do poder social e de resistência que constituem o social. E se as 15 linhas anteriores encurtaram (muito, devo justamente afirmar) a luta dos feminismos desde os movimentos sufragistas até ao presente por um mundo com igualdade, a próxima linha basta para ilustrar o papel que os homens têm tido na construção desta (des)igualdade. Se as mu-

lheres reivindicaram desde sempre o seu estatuto social e político na esfera pública, os homens parecem não ter dado qualquer passo no sentido do reconhecimento do seu estatuto social e político na esfera privada. Porque é precisamente aqui que está uma das maiores perdas dos homens enquanto vítimas da desigualdade de género: a exclusão da esfera associada ao cuidado. Ficar de fora do mundo dos afetos. Nunca poder chorar em público. Não poder demonstrar em público masculinidades alternativas, remetendo-nos para uma permanente tensão entre masculinidades hegemónicas e minoritárias. Será que crescer rapaz só pode significar brincar com armas ou haverá espaço para desenvolver outras capacidades humanas brincando às cozinhas? As mulheres, através dos feminismos, já pensam nestes quotidianos de vida há mais de um século. E os homens, quando começarão?



¹Crenshaw, Kimberlé (1989), "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989, Article 8. Acessível em <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>

DE OUTRO GÉNERO:

REFLEXÕES PARA ESBATER AS ASSIMETRIAS NOS/DOS MEDIA

Carla Cerqueira

Investigadora do CECS da Universidade do Minho e docente na Universidade Lusófona do Porto

Porque é tão importante refletirmos sobre a produção mediática e sobre as empresas de comunicação e as pessoas que nelas trabalham? Esta é uma pergunta que tem sido feita por divers@s investigador@s em diversos contextos geográficos. Não é uma questão nova. Desde há algumas décadas que se começou a questionar o papel crucial dos média enquanto agentes de socialização, influenciando valores, normas, ideias, atitudes e comportamentos individuais e coletivos. Os média são, por isso, um dos espaços de (re)construção das identidades sociais.

Neste sentido, pode-se afirmar que os discursos verbais, não-verbais e visuais ajudam a organizar os modos de compreensão das relações de género. É a isto que chamamos de representações mediáticas (de género), as quais são uma confluência de produtos culturais, instituições mediáticas, culturas profissionais, idiosincrasias pessoais, públicos e a própria sociedade. Portanto, facilmente percebemos que analisar as dinâmicas que envolvem o circuito mediático é uma tarefa complexa e que implica convocar várias esferas e agentes sociais.

Investigar do ponto de vista dos estudos fe-

ministas dos média implica articular uma relevância científica e social que vai apresentar um olhar crítico sobre as narrativas mediáticas, os seus impactos e as mudanças necessárias. Este trabalho afigura-se de extrema relevância porque permite posicionar os média como agentes de controlo da ordem social dominante, mas também como motores de resistência e de transformação social. Diariamente, e historicamente, somos confrontad@s com conteúdos mediáticos que contribuem para sedimentar as assimetrias de género existentes, mas estes também podem funcionar para as questionar e este é um dos grandes desafios que se coloca.

•

“OS MÉDIA TÊM UTILIZADO DISCURSOS QUE NÃO REFLETEM A DIVERSIDADE DE VOZES E QUE REPRODUZEM ESTEREÓTIPOS DE GÉNERO”

•

Muitos estudos concluíram que os média têm utilizado discursos que não refletem a diversidade de vozes e que reproduzem este-

reótipos de género. Estes acabam por privilegiar os pontos de vista dominantes, contribuindo para a homogeneização de determinados grupos, legitimando as relações de poder existentes na sociedade e deixando pouco espaço para as estratégias de resistência discursiva. Assim, as vozes e os pontos de vista dos grupos mais desfavorecidos, entre os quais se encontram as mulheres (e ainda mais algumas mulheres) e outras minorias sociais, são marginalizados na esfera pública.

Atualmente, no nosso contexto não se pode falar do predomínio de um sexismo flagrante nos conteúdos mediáticos. Numa época marcada pelo neoliberalismo, onde se coloca a ênfase nos indivíduos e na retórica da meritocracia, é mais difícil analisar a complexidade dos discursos (textuais, visuais e não verbais) que envolvem um sexismo subtil, sendo que estes ajudam a cristalizar as assimetrias de género sem muitas vezes nos parecer evidente. É fundamental pensar nas (in)visibilidades que são operadas, mesmo quando determinados temas e atores sociais ocupam muito espaço mediático. Estar presente não significa necessariamente visibilização e reconhecimento. Basta pensar nos conteúdos mediáticos com os quais nos confrontamos diariamente (na publicidade, no jornalismo, nos videojogos, no cinema, nas séries televisivas, etc.).

Claro que há algumas mudanças, mas em muitos casos são meramente superficiais ou até paradoxais. Além disso, domina uma espécie de ilusão de igualdade, em que se combatem os chamados discursos do politicamente correto, os quais vão alertando para as assimetrias que continuam a permanecer em várias esferas, inclusive na esfera mediática.



O que podemos fazer? Trabalhar em diversas esferas em simultâneo para analisar a situação existente, que impacto tem nos discursos mediáticos veiculados, como pode ser transformada a partir das universidades e dos cursos que formam profissionais da área, nas estruturas de produção mediática, nas organizações da sociedade civil e com(o) públicos e cidadãos/ãos. Só nesta triangulação entre quem produz, o que é produzido e como é recebido é que se pode fazer a diferença. E, sim, é possível comunicar de outro género, mais plural e inclusivo e, portanto, promotor de mudança social.

A ENTREVISTA — MULHERES NO FUTEBOL

BRUNA PEREIRA PICO

Árbitra da Associação Futebol de Lisboa e estudante de Educação Física e Desporto

SOCIALIS: Qual é o balanço da tua experiência enquanto árbitra?

BRUNA PICO: Entrei na arbitragem por uma brincadeira. Nunca pretendi levar a sério, no entanto as coisas mudaram. Estar dentro de campo não é como parece cá para fora. Há que tomar decisões, decisões estas que nunca são aceites por ambas as equipas. Agora com três anos de arbitragem, tendo uma perspetiva diferente devido à minha experiência, quero continuar nisto. O meu principal objetivo é ser árbitra internacional.

SOCIALIS: De que forma achas que o facto de seres mulher influencia a forma como os jogadores e os adeptos interagem contigo?

BP: Acho que influencia e muito. No momento em que entro no recinto onde vai decorrer o jogo e sabem que vai ser uma rapariga a arbitrar, a reação é logo: “Isto vai correr mal”. Há que saber lidar com certos olhares menos bons, com certos insultos, temos de os ignorar porque estamos ali só para fazer o nosso trabalho e ele tem de ser bem feito. O facto de ser mulher faz com que os jogadores por vezes não me levem a sério e isso faz com que tenha de adotar uma postura mais autoritária. Sou muito tranquila em muitos jogos, mas noutros tenho mesmo de ser mais autoritária tendo em conta a per-

sonalidade que tenho à frente. Tenho de me adaptar: há jogadores e treinadores com quem posso falar de uma forma, há outros que não; tenho de adaptar e gerir isso. Infelizmente há quem ainda tenha esse prisma de que o futebol é só para meninos, mas isso já não acontece nos dias de hoje. Quase todos os fins-de-semana, principalmente em futebol distrital, existe um episódio negativo. Houve um jogo onde só se tinham passado 10 minutos desde o apito inicial e eu mostrei um cartão vermelho direto a um jogador que fez uma falta fora de tempo. Ao mostrar o cartão direto, este jogador dirigiu-se a mim querendo agredir-me, dizendo: “Tu és mulher, o teu lugar não é aqui”.

“AS PESSOAS TÊM DE ACEITAR QUE O FUTEBOL JÁ ESTÁ ABERTO PARA MULHERES E QUE AS NOSSAS DECISÕES, AQUELAS TOMADAS EM JOGO, SÃO TÃO BOAS QUANTO AS DOS HOMENS

Este foi o episódio que me deixou mais... triste, deixa-me triste saber que as pessoas ainda pensam desta maneira.

▪

“(...) EU MOSTREI UM CARTÃO VERMELHO DIRETO A UM JOGADOR QUE FEZ UMA FALTA FORA DE TEMPO. AO MOSTRAR O CARTÃO DIRETO, ESTE JOGADOR DIRIGIU-SE A MIM QUERENDO AGREDIR-ME, DIZENDO: «TU ÉS MULHER, O TEU LUGAR NÃO É AQUI.»”

▪

SOCIALIS: O que consideras faltar ao mundo do futebol português para que a arbitragem seja mais inclusiva às mulheres?

BP: O principal é mudar a mentalidade das pessoas. É perceber que as mulheres não são diferentes; as mulheres querem os mesmos direitos que os homens, no entanto estes processos são demorados. As pessoas têm de aceitar que o futebol já está aberto para mulheres e que as nossas decisões, aquelas tomadas em jogo, são tão boas quanto as dos homens. Acho que este processo é muito complicado: quando estamos em campo, os espectadores que mais nos ofendem são as mulheres e logo daí percebes a dificuldade desta situação. Acredito que o que as mulheres têm de fazer é dar continuidade ao

trabalho que temos feito até aqui, não fechar portas, não desistir na primeira dificuldade, é este o caminho. Esta mudança de mentalidade passa muito pelos ensinamentos do clube, pelo que o treinador passa à sua equipa e, algo igualmente fundamental, é o papel dos pais em casa. Não devem transmitir a noção de que o futebol é para o menino e a dança para a menina. E se for ao contrário?



AS PRÁTICAS DO VESTIR E OS DISCURSOS SEM PALAVRAS

Cristina L. Duarte

Investigadora integrada do CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade NOVA de Lisboa¹

O modo como a diferença corporal e o vestuário estruturam o pensamento coloca as práticas do vestir ao nível dos discursos sem palavras. O corpo vestido emociona, como a arte também, mesmo que de forma misteriosa. O 'código' da época está condensado na moda que me interessa estudar como fenómeno social e como uma linguagem.

A roupa que vestimos ocupou no século passado um lugar de 'pivot' na definição da identidade e da sociedade, do individual e do colectivo, especialmente quando relacionados com a política sexual e do corpo. Entre as várias interrogações que tenho vindo a formular, trago-vos estas: de que forma a moda reflecte a construção de género ou contribui para ela? Como se habitam os gestos e os movimentos? Através da observação, o movimento do corpo vai sendo 'aprendido' entre as gerações. Trata-se de ver e fazer, como frente a um espelho. Ao observar, as crianças absorvem o sentido do movimento: é a maneira delas reflectirem os pais. Antes de pensar o corpo como projecto pessoal a partir do vestuário, há que pensá-lo formado pela educação e pela disciplina – do corpo.

Porque vestimos como vestimos? De que

falamos quando falamos de moda? E quando falamos de género? O que é a feminilidade? O que é a masculinidade?... Estas questões remetem-nos para algo que se tem tornado um projecto de investigação pessoal e político: este algo é o corpo. Assiste-se nos dias que correm a um implacável desejo para o redefinir. Contudo, não terá sido sempre assim, no que ao género diz respeito?

Sobre a experiência da moda, do género, e do feminismo, procurei conhecer os discursos de algumas mulheres nascidas entre as décadas de 1920 e 2000². Mas para conhecer as várias experiências de moda, escolhi regressar a algumas datas passadas, começando por 1926, também porque este regresso³ aos anos 20 é revelador de grandes mudanças, como a libertação do corpo das mulheres relativamente ao espartilho, e também relativamente ao tipo de cabelo e de corte (o cabelo à *garçonne*, ou na versão portuguesa do mesmo «cabelos à Joãozinho») que chama a atenção para a cabeça das mulheres. Inspirei-me há uns anos para escrever um texto sobre moda intitulado 'o poder está na cabeça'. Por isso, estudar as mulheres como sujeito (e vítima?) de moda e paralelamente como sujeito dos feminismos, numa perspectiva sociológica e de género en-

volve emoção e razão ao mesmo tempo. Vejamos os modos como os corpos têm sido a expressão de um período temporal específico, de uma geografia, religião, ou cultura ou sub-cultura, pensando especificamente nas culturas juvenis. Os nossos códigos – não genéticos – e os nossos comportamentos constituem/dizem ‘quem’ nós somos. O corpo está inscrito numa miríade de práticas culturais específicas. Discutir a cultura visual e o modo como ela nos afecta, debater o que está a acontecer com o corpo no nosso tempo e nos tempos que o antecedem, é a minha forma de procurar saber porque o contentamento com o corpo é tão difícil de atingir. O que queremos reivindicar, o que queremos dizer através das práticas do vestir e dos discursos sem palavras?

A moda enquanto vestuário e enquanto discurso (e portanto enquanto significação, linguagem e história) dá-nos esta possibilidade de, através da roupa, jogar com os géneros e também de brincar com os códigos e ainda com a identidade – parte dela

é uma construção social, da qual o género faz parte integrante.⁴

A flexibilidade das ‘práticas do vestir’ está ao nível daquela utilizada pelos actores no palco. O desempenho de vários papéis faz parte da própria vida em sociedade, onde a linguagem do poder se liga à cultura visual e à política do corpo e sugere às mulheres que a transformação está ao seu alcance, de modo a tornarem-se numa imagem que lhes é proposta. Neste protocolo de sedução, há várias partes interessadas e a indústria da moda é uma delas. A mudança rápida é condição indispensável dentro desta estética efémera: as modas para estarem na moda têm de mudar. Estejamos a falar de roupa, cabelos, mobiliário, ou luzes. Por vezes, sentimos que somos nós, nos nossos corpos, roupa e atitude que estamos em (des)actualização constante. Mudar é a resposta, de modo a que possamos sentir que estamos de novo em sintonia, mesmo que para isso o corpo seja um campo de batalha, mas também um espaço de acção e *performance* feminista.

¹A autora escreve segundo o antigo acordo ortográfico; Contacto e-mail: lduarte.cduarte@gmail.com

²Cristina L. Duarte (2017), *Moda e Feminismos em Portugal, O género como espartilho*, Temas e Debates, Lisboa.

³A pedagoga e investigadora Ivone Leal (Évora, 1924 – Lisboa, 2013) realizou um estudo denominado *Um século de periódicos femininos – arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926* («Cadernos da Condição Feminina nº35, Lisboa, CIDM, 1992») e no processo da pesquisa decidiu parar no ano de 1926 ao encontrar num jornal um carimbo vermelho que dizia «Visado pela comissão de censura».

⁴Judith Butler dá-nos muita matéria para o pensamento sobre estas questões da identidade de género (seja em «Gender Trouble» 1999 (ed.original 1990), «Bodies that matter», 1993, ou em «Undoing Gender», 2004).

INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA

A ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA DIVERSIDADE DE GÉNERO

Sandra Palma Saleiro

Investigadora do CIES-IUL e professora auxiliar convidada do ISCTE-IUL

O transgénero, ou seja, a identificação e expressão de género de modos não expectáveis face ao sexo atribuído à nascença, esteve ausente da sociologia até praticamente ao início deste século. A esta situação não será alheia a relação entre problema social e problema sociológico, dada a invisibilidade social que caracterizava este fenómeno. Esta desatenção relacionava-se ainda com o paradigma hegemónico de interpretação do transgénero, o das ciências médicas, que o remetia para o campo da patologização, catalogando-o como doença mental.

A entrada da sociologia no estudo do transgénero veio a colocar em jogo uma nova leitura do fenómeno como “identidades e expressões de género socialmente minoritárias”, que, sendo objeto de estranheza e discriminação, necessitam de proteção. A sociologia contribuiu, assim, para a mudança de paradigma inscrevendo o transgénero na esfera dos Direitos Humanos. A “identidade de género”, entendida como o “sentimento íntimo de pertença em termos de género, que pode ou não corresponder ao expectável face ao sexo atribuído à nascença”,

reveste-se agora de natureza jurídica, e junta-se ao conjunto dos direitos fundamentais da humanidade. Em Portugal, o direito à autodeterminação da identidade de género está consagrado na legislação desde agosto passado (Lei 38/2018).

A primeira investigação que realizei sobre o transgénero, que inaugurou o estudo desta temática na sociologia portuguesa, teve como um dos seus principais contributos o mapeamento dos diferentes modos de expe-

■

**“EM PORTUGAL, O DIREITO À
AUTODETERMINAÇÃO DA IDENTIDADE DE
GÉNERO ESTÁ CONSAGRADO NA LEGISLAÇÃO
DESDE AGOSTO PASSADO (LEI 38/2018).”**

•

rienciar e expressar o (trans)género, realizado a partir de entrevistas em profundidade e inquéritos por questionário a meia centena de pessoas trans, bem como de incursões etnográficas em espaços por elas habitados.

Contrariando as noções de senso comum, que tendem a ver a população trans como homogênea, a análise revelou uma população bastante diversa em termos de autoidentificações de gênero, relação com o sexo atribuído à nascença, tempos e modos da expressão de (trans)gênero ou práticas e desejos relativos às transformações corporais. Evidenciou, assim, que a população trans não é adequadamente definida pela identificação exclusiva com o gênero “oposto” ao sexo que lhe foi atribuído à nascença, como quando se reduz toda a diversidade do trans à transexualidade, ou ainda pelo desejo de “mudar de sexo”. O

▪

“O TRANSGÉNERO, OU SEJA, A IDENTIFICAÇÃO E EXPRESSÃO DE GÊNERO DE MODOS NÃO EXPECTÁVEIS FACE AO SEXO ATRIBUÍDO À NASCENÇA, ESTEVE AUSENTE DA SOCIOLOGIA ATÉ PRATICAMENTE AO INÍCIO DESTES SÉCULO.”

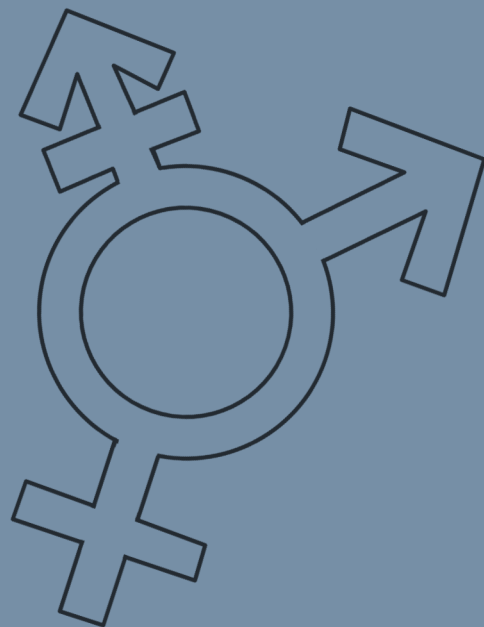
•

transgênero inclui, assim, pessoas reconhecidas com o gênero masculino, mas que se identificam com o feminino ou vice-versa e pessoas que se identificam com as

duas ou nenhuma das categorias binárias de gênero.

Da pesquisa ressalva ainda a insuficiência heurística do modelo binário de gênero, que estabelece uma relação mecânica entre dois sexos e gêneros estáveis, concebendo o gênero como o espelho social da biologia. Ora, as pessoas trans são a evidência de que o modelo precisa de ser repensado. Para além da complexificação dos conceitos de “sexo” e “gênero” e da contemplação do conceito de “identidade de gênero”, o novo modelo terá ainda de prever a independência analítica entre os três conceitos.

Por fim, salientamos os desafios que o estudo do transgênero coloca à sociologia, a nível de conhecimento científico e de responsabilidade social, de romper com o binarismo de gênero e acolher a diversidade de gênero.



EM DIÁLOGO COM...

Mamadou Ba

Ativista, militante anti-racista e dirigente do SOS Racismo

Considerando-o uma figura emblemática na luta contra o racismo, o Socialis entrou em contacto com Mamadou Ba para discutir as formas estruturais que revestem o racismo em Portugal, as desigualdades que promove e sedimenta, assim como as dificuldades e entraves do movimento anti-racismo num país com um passado colonialista extenso com influência nos sistemas mentais de legitimação da população portuguesa. A entrevista completa poderá ser lida no site do [NESISCTE](#).



D.R.

SOCIALIS: (...) Nos seus longos anos como ativista e militante anti-racista em Portugal, quão difícil é confrontar um país que se afirma como sendo não racista?

Mamadou Ba: Obrigado, já agora, pela oportunidade. É sempre muito difícil confrontar um país quando o país está em estado de negação e o grande problema nem sequer tem a ver com a existência ou não do racismo ou o seu grau de expressão de uma sociedade e as formas que essa expressão assumem na sociedade. Tem a ver com um longo património histórico de, na minha opinião, embuste, em que nós nos fechamos relativamente à questão racial. Tem a ver com o processo colonial, sobretudo, e é a catarse que não foi até agora relativamente a este processo e depois como no próprio processo colonial, a raça acabou por assumir várias dimensões, entre elas a sua própria negação como ferramenta na relação social ou no re-

conhecimento da diversidade da sociedade, da sua composição étnico racial e isso torna de facto muito mais complicado discutirmos e confrontarmos o país com o seu próprio espelho.(...)

SOCIALIS: De que forma o racismo estrutura a sociedade portuguesa?

MB: (...) No caso português, se nós valorizarmos a questão do Estado-nação a partir do período colonial ou a seguir à aventura imperialista. E acho que a questão da escravatura, que tem uma dimensão importante, que tem a ver com a forma como o imaginário coletivo se habituou a uma ideia de estratificação humana de categorizar as pessoas em função, dar um certo valor. E a valoração dual que se dá à diversidade étnica em função ou da questão cromática ou em função da questão cultural ou da importância geográfica, faz com que realmente a questão racial assuma uma dimensão estrutural, por-

que depois o Estado Novo, perante a condenação da comunidade internacional, tentou reinventar o que chamou na altura uma nação pluricontinental. Ou seja, sempre convocando a ideia de nação para camuflar a estratificação racista que existia a partir da aventura colonial e escravagista e, então, essa estrutura permanece e permaneceu e transmutou-se no discurso multiculturalista em que a ideia de nós, enquanto comunidade política, termos feito processos históricos que nos levaram à amenização, a evacuar a atenção racial, ou até quase a anulá-la, como se isso fosse verdade. (...)

SOCIALIS: Que desigualdades promove o racismo entre a população portuguesa?

MB: Há várias. Há desigualdades estruturais e há depois algumas que lhe são conexas, não é? As desigualdades estruturais podem-se ver na própria conceção do que é fazer parte ou não do tecido nacional. Nós podemos tomar alguns exemplos práticos para ilustrar isso. (...) E quando, num coletivo, numa comunidade política, há pessoas que podem nascer no território e não serem portugueses, em função da sua ascendência ou da sua pertença étnico-racial, há uma estrutura funcional do Estado que legitima a questão da estratificação racial. (...) Há desigualdades estruturais no acesso à educação que, por sua vez, tem implicação no acesso ao emprego qualificado. E depois há desigualdades no acesso à habitação; por-

tanto, há a segregação espacial, segregação na sociedade, e depois temos as outras segregações que estão conexas a isto que é, por exemplo, a participação política, a visibilidade política das minorias na esfera pública e na disputa pelo poder. (...)

SOCIALIS: Quais são para si os mecanismos de poderes que revestem o racismo em Portugal?

▪

“É SEMPRE MUITO DIFÍCIL CONFRONTAR UM PAÍS QUANDO O PAÍS ESTÁ EM ESTADO DE NEGAÇÃO E O GRANDE PROBLEMA NEM SEQUER TEM A VER COM A EXISTÊNCIA OU NÃO DO RACISMO OU O SEU GRAU DE EXPRESSÃO NUMA SOCIEDADE E AS FORMAS QUE ESSA EXPRESSÃO ASSUMEM NA SOCIEDADE.”

▪

MB: Há os poderes fácticos, do Estado, há os poderes institucionais. Se olharmos a relação dos poderes ou da estrutura onde há as funções centrais do Estado: a justiça, as forças de segurança e o sistema de previdência social, nomeadamente, a segurança social, que são 3 áreas chave nas

funções importantes ou estruturais do Estado. Há uma relação, digamos já muito interiorizada de discriminação institucional perpetuada por essas instituições. (...) **SOCIALIS: Quais são os perigos de glorificar o período das descobertas portuguesas e do colonialismo no diálogo e confronto anti-racista.**

■

“E QUANDO, NUM COLETIVO, NUMA COMUNIDADE POLÍTICA, HÁ PESSOAS QUE PODEM NASCER NO TERRITÓRIO E NÃO SEREM PORTUGUESAS, EM FUNÇÃO DA SUA ASCENDÊNCIA OU DA SUA PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL, HÁ UMA ESTRUTURA FUNCIONAL DO ESTADO QUE LEGITIMA A QUESTÃO DA ESTRATIFICAÇÃO RACIAL.”

■

MB: Tem vários e isso vai ser, provavelmente, o maior desafio do ponto de vista do discurso e de narrativa da luta anti-racista. Primeiro, porque há dois aspetos que me parecem essenciais nesta questão que é: para os saudosistas da empresa colonial, há uma tentação em encontrar uma grandeza na pequenez. É encontrar sempre uma espécie de escapatória para dizer que a aventura colonial foi um feito, uma [...] histórica enor-

me, independentemente das tragédias e das suas consequências dramáticas e daquilo que isso representa como processos mentais e culturais de coisificação, desumanização de outros seres humanos e a continuidade que isso tem hoje na forma como nós olhamos para pessoas que são diferentes. (...) Há uma camada da sociedade que está numa disputa ideológica sobre o que o que deve ser hoje o nosso imaginário coletivo e que acha que nós temos de recusar, a toda o custo, qualquer sentimento de culpabilidade. Eu acho que a disputa pela memória e o lugar da história no dispositivo do debate atual são centrais para nós fazermos o combate anti-racista. Evidentemente que é preciso sempre dizer que eu acho que o debate vai muitas vezes muito falseado porque quem não quer discutir, encontra sempre uma forma de dizer: “Ah! Vocês querem discutir o passado? Querem julgar a história.”. Não, não. Não se trata de julgar a história. É preciso fazer partir da história e evitar que os seus efeitos permaneçam no tempo atual.

SOCIALIS: De que forma considera que o racismo é suavizado ou até mesmo dissimulado? E quais serão os perigos de revestir o movimento anti-racista como algo “politicamente correto”?

MB: Sim, podemos dividir isso porque há aqui um grande debate. Sobretudo, eu acho que nós até, pelo menos, por aquilo que eu observo nos últimos vinte anos, até há pouco tempo, ao caso de Alfragide, nós poderíamos

ter duas formas de expressão do racismo. Uma forma difusa, que chamaria difusa, e que estava presente no próprio caldo cultural, no discurso público, na interação cultural e social; e um racismo ideológico, protagonizado por forças noturnas, que são forças de extrema-direita e algumas forças reacionárias, que utilizavam bastante questões que podem ter ligações com a questão racial, mas não são tão ontológicas como as questões migratórias, para ter um discurso absolutamente xenófobo e racista sobre a questão do Estado-nação, da capacidade ou não de determinadas camadas da sociedade integrarem o modelo republicano ou não, ou serem mais capazes de incorporar a ética republicana. (...) E depois eu acho que o segundo episódio que rebenta com toda a tentativa de branquear ou camuflar o racismo, foi realmente os acontecimentos da Jamaica. (...) O problema aqui é, na minha opinião, saber se esta discussão nos leva a algum lado para além do

■

“EU COSTUMO DIZER QUE NÓS FIZEMOS O 25 DE ABRIL E SEGUIMOS OS 3 D’S: DESCOLONIZAR, DESENVOLVER E DEMOCRATIZAR. NÓS NÃO CONSEGUIMOS AINDA CUMPRIR COMPLETAMENTE NENHUM DOS D’S”

■

facto do racismo irromper agora de uma forma mais aberta no espaço público e saber como é que esse debate pode ser uma oportunidade para nós, não só fazermos o que tinha faltado até agora: para combater um problema, precisa de se reconhecer a sua existência. Reconhecendo que o racismo existe, o que é que se faz para o combater? (...)

■

“HÁ UMA CAMADA DA SOCIEDADE QUE ESTÁ NUMA DISPUTA IDEOLÓGICA SOBRE O QUE O QUE DEVE SER HOJE O NOSSO IMAGINÁRIO COLETIVO E QUE ACHA QUE NÓS TEMOS DE RECUSAR, A TODA O CUSTO, QUALQUER SENTIMENTO DE CULPABILIDADE.

■

SOCIALIS: Quais são para si as formas mais prementes de combater o racismo? E se, de facto, será possível combater o racismo estrutural sem descolonizar as mentes.

MB: Não será, não, não será possível. Eu costumo dizer que nós fizemos o 25 de abril e seguimos os 3 D’s: Descolonizar, Desenvolver e Democratizar. Nós não conseguimos ainda cumprir completamente nenhum dos D’s. Não descolonizamos porque a descolonização não pode ser um dispositivo unilateral, ou seja, ela tem de ser bilateral. É preciso rees-

crever e reinterpretar o processo de descolonização e reinterpretá-lo à luz da realidade atual; olhar para a nossa composição étnico-racial e refleti-la na forma como nós queremos cultivar o processo de descolonização. . É preciso fazer isso. Depois, é preciso também, provavelmente, uma outra fórmula de política do movimento social. É preciso reinventar a movimentação social. Ela não pode ser feita tal e qual como tem sido feita até agora. Isto é uma autocrítica também ao próprio SOS Racismo, que eu assumo. (...) O que nós temos de fazer porque eu acho que a extrema-direita está a ganhar essa batalha, esse é que é o perigo. A extrema-direita uso muito o idealitarismo para separar, para dividir. O que o movimento anti-racista e as forças progressistas têm de fazer é usar a identidade para somar, para acrescentar. (...) Tem de haver mesmo essa capacidade de exposição ao outro. A exposição ao outro é aceitá-lo tal e qual como ele é sem abdicarmos daquilo que nós somos. É por aí que nós vamos ter de caminhar.

SOCIALIS: Comparando Portugal com os outros países europeus, qual a sua opinião?

MB: (...) eu acho que essa comparação não faz muito sentido do ponto de vista daquilo que são os princípios práticos. Agora, do ponto de vista mais objetivo há algumas comparações que podemos fazer. Portugal é diferente dos outros países na questão racial por dois motivos, na minha opinião: primeiro

■

“PORTUGAL É DIFERENTE DOS OUTROS PAÍSES NA QUESTÃO RACIAL POR DOIS MOTIVOS, NA MINHA OPINIÃO: PRIMEIRO NO PONTO DE VISTA HISTÓRICO QUE TEM A VER UM BOCADO COM O SEU PRÓPRIO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO.”

■

no ponto de vista histórico que tem a ver um bocado com o seu próprio processo de descolonização. É muito mais recente, portanto a catarse é muito mais longa ainda e a necessidade é ainda mais imperiosa e a democracia é muito mais juvenil, desse ponto de vista. Depois, tem, felizmente – digamos assim -, uma vantagem geográfica, a exposição daquilo que é chamada a crise de refugiados, que não é; porque é uma crise de resposta política que existe, não é uma crise de refugiados. (...) Mas Portugal tem uma semelhança estrutural com os outros países todos, que é a questão da sua herança colonial e temos de ver o que realmente atçou a raiva racista e percebermos que esse é o traço principal que tem de ser combatido. (...)

LEVA AS TUAS COISAS UMA E OUTRA VEZ.

É **SOCIOLOGIA** QUE NUNCA MAIS ACABA...



"PARA O ADVOGADO, O ESSENCIAL CONSISTE EM SABER COMO A LEI CONSIDERA UM CERTO TIPO DE CRIMINOSO; PARA O SOCIÓLOGO, É IGUALMENTE IMPORTANTE SABER COMO O CRIMINOSO CONSIDERA A LEI."

- ADÉRITO SEDAS NUNES (1982)

WWW.NESISCTE.COM



ESTAMOS A PREPARAR NOVAS
ATIVIDADES PARA TI, FICA ATENTO/A
ÀS PÁGINAS DO NESISCTE

*O saco estará à venda nos eventos do NESISCTE. Também podes comprá-lo, enviando-nos um e-mail para

nucleosociologia.iscte@gmail.com

DEBATE NA IMPRENSA

RACISMO

José Veiga

Membro da Redação

Segundo um artigo disponível no Público online, da autoria de Joana Gorjão Henriques, um em cada 73 cidadãos dos PALOP com mais de 16 anos em Portugal encontra-se preso. Esta proporção é dez vezes maior, comparativamente aos cidadãos portugueses, onde um em cada 736 cidadãos está recluso. Não obstante, o número atinge um maior engrossamento no que concerne ao caso dos cabo-verdianos, pelo que é possível inferir que um em cada 48 cabo-verdianos encontra-se detido. Neste sentido constata-se, que a proporção de cidadãos negros que se encontram detidos é dez vezes maior comparativamente aos cidadãos portugueses, sendo a comunidade cabo-verdiana aquela que regista valores mais altos, existindo uma incidência quinze vezes maior (Público versão online, 19 de agosto de 2017).

O caso do bairro da Jamaica levou a um maior debate e reflexão sobre a questão do racismo na sociedade portuguesa, como realidade vigente que está profundamente enraizada e que se perpetua até aos dias de hoje. Aquando da violência policial relatada no Bairro da Jamaica, a associação SOS Racismo classificou o ato das agressões policiais como "absolutamente injustificáveis e inqualificáveis", alertando para a importân-

cia de se vir a esclarecer as devidas responsabilidades (Sábado, 21 de janeiro 2019).

Ainda no seguimento do caso de violência no bairro da Jamaica, a deputada do Bloco de Esquerda, Sandra Cunha, referiu que Portugal tem "um problema de racismo institucional", tratando-se de um problema de índole estrutural. A deputada enalteceu ainda a importância de se apostar afincadamente na formação e respetiva educação das "forças policiais" (Notícias ao Minuto, 25 de janeiro de 2019).

A propósito da visita do Presidente da República a Angola, após os incidentes ocorridos no bairro da Jamaica, o primeiro-ministro António Costa preferiu não se questionar sobre o caso, destacando que "não vale a pena alimentar" uma nova polémica com Angola no que diz respeito aos incidentes ocorridos no bairro da Jamaica (Sábado versão online, 5 de março de 2019).

O Governo de Luanda, mais concretamente, o ministro das Relações Exteriores angolano, Manuel Augusto, chegou a referir que Portugal pediu desculpas pelo caso de violência ocorrido no bairro da Jamaica. Posteriormente, esta declaração viria a ser desmentida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português, que salientou que apenas houve conversações por telefone en-

tre as duas partes, nunca chegando a assumir um pedido de desculpas (Sábado versão online, 4 de março de 2019).

Recentemente, foi também discutida numa audição pública do Parlamento levado a cabo pela Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação a implementação de quotas étnico-raciais com o intuito de assegurar a representatividade racial, promovendo assim, desta forma, a igualdade de oportunidades. Foram várias as entidades que se fizeram ouvir nesta auditoria, como por exemplo a "Casa do Brasil" e a "Associação Caboverdeana". Para além da questão da implementação das quotas, vários assuntos foram discutidos, existindo uma preocupação notória em se criar um espaço de reflexão e aprofundamento que leve a um reforço das políticas públicas, de forma a minorar as desigualdades étnico-sociais enraizadas na sociedade portuguesa (TSF Rádio Notícias versão online, 8 de fevereiro de 2019).

A respeito deste tema, José Manuel Pureza, deputado do Bloco de Esquerda, manifestou-se e referiu que a implementação de um sistema de quotas é um aspeto a considerar. A deputada Isabel Moreira, por sua vez, também se insurgiu e criticou a forma lamentável como os partidos abordaram o caso do bairro da Jamaica, reforçando a ideia de que os mesmos tiveram medo de discutir o assunto por causa dos possíveis efeitos no eleitorado. A deputada defendeu ainda que falta consistência nos discursos políticos, quando se trata de abordar o problema do racismo (Diário de Notícias versão online, 8 de fevereiro de 2019).



RETRATOS

SER SOCIÓLOGA

Ana Ribeiro Cruz

Coordenadora da Área de Desenvolvimento no Instituto de Informática, IP

A escolha da sociologia quase que foi um acidente. Não tinha tido sociologia no secundário e não sabia o que era. Estava convencida que teria algo a ver com o trabalho social. Foi na verdade a minha quinta opção. A primeira Relações Internacionais e Ciência Política. Mas agradava-me a ideia de entrar na Faculdade de Ciências Social da Universidade Nova.

A primeira aula foi uma relevação. O professor sentou-se de forma “estranha”, penso que virado de costas, não me recordo bem. Ficámos todos chocados, mas “afinal o que era aquilo?”. Foi então que o prof (heranças do tratamento do secundário) nos questionou porquê a estranheza? Então, porque “não normal”, respondemos em coro. Mas “afinal o que é normal?”, questionou o professor. A partir daí foi toda uma conversa em torno de como se constrói essa normalidade de que tanto se fala. Lá estava, a construção social da realidade. Adorei! Era toda uma nova forma de olhar para a realidade.

A partir do momento em que uma “disciplina” muda a forma como “vês” o mundo, vai sempre ter influência em tudo o

que passas a fazer, profissionalmente falando mas não só.

Já fiz coisas muito diferentes, comecei na elaboração de estudos sócio-demográficos numa empresa, aproveitando a componente que o curso me deu ao nível da análise de dados. Depois passei para o trabalho comuni-



D.R.

“OS CURSOS DE SOCIOLOGIA, (...), TÊM ESTA CAPACIDADE IMPRESSIONANTE DE NOS OBRIGAR A QUESTIONAR O QUE ANDAMOS A FAZER NESTE MUNDO, QUAL O NOSSO PAPEL E, SOBRETUDO, SE TIVERMOS ABERTURA PARA ISSO, DE QUESTIONAR O NOSSO LUGAR DE PRIVILÉGIO.”

tário, num projeto construído por mim e por uma colega para intervir num bairro social junto de crianças e jovens. O número de jovens que não sabia ler ou que nunca tinha passado do 4º ano era assustador. O projeto, financiado pelo Programa Escolhas, durou de 2006 a 2012 e foi sobretudo uma lição de vida. Paralelamente a este trabalho fui formadora e fazia o que para mim é hoje uma das atividades que mais me ensinou enquanto pessoa: debates em escolas por todo o país e com todas as idades sobre racismo, machismo, homofobia, etc. (aqui sim, deu muito jeito a teoria da construção social da realidade!).

Neste contexto tinha o hábito de dizer que o curso de sociologia tinha-me dado sobretudo cultura geral e possivelmente espírito crítico, que na verdade faz toda a diferença para não cair no perigo de achar que a minha profissão fosse “ensinar os outros a ser como eu acho melhor”. De resto, são poucos os instrumentos que adquires num curso de sociologia, muito teórico e muito vocacionado para a investigação científica ou para a análise de dados/estatística. Anos depois, outra mudança no meu rumo profissional, desta vez entrei num concurso público que por “engano” me colocou num organismo de informática. Pensei logo: “o que raio vou fazer para a informática?” Estranhamente adorei, li muito, chateei todos os colegas possíveis com perguntas e em pouco tempo passei a gerir

aplicações informáticas, equipas de programadores, analistas, testers, etc.

Quatro anos depois, posso dizer que tem corrido bem, tendo inclusive sido nomeada responsável pela área de desenvolvimento. Talvez achem que foi um percurso estranho para alguém formado em sociologia, com pós-graduação em migrações. O que é que a sociologia contribuiu? Hum... difícil dizer. A resposta mais óbvia é a análise de dados. A base da estatística e da análise de dados, mesmo que já me lembrassem pouco foram de facto úteis. Na verdade, o curso de sociologia foi mais útil para a informática do que para o trabalho social, que penso que seja revelador do tipo de currículos que existem nas universidades. Aliás, das muitas vezes que fui convidada a partilhar a minha experiência comunitária em universidades, foi sempre a cursos como os de psicologia, política social, educação social, animação social, etc... nunca sociologia. É pena porque os cursos de sociologia, tal como antropologia e poucos outros, têm esta capacidade impressionante de nos obrigar a questionar o que andamos a fazer neste mundo, qual o nosso papel e, sobretudo, se tivermos abertura para isso, de questionar o nosso lugar de privilégio. Sem a consciência desse lugar de privilégio dificilmente conseguiremos intervir na sociedade sem cair na demagogia de acharmos que sabemos o que é melhor para os outros.

VIOLÊNCIA NO NAMORO


Tiago Oliveira

Estudante do 3º ano da Licenciatura de Sociologia

A violência doméstica em Portugal não tem vindo a merecer a valorização, debate público e preocupação necessários.

Segundo uma notícia do DN de 2017, o número de pessoas que foram vítimas de um qualquer tipo de violência no namoro subiu cerca de 60% entre 2014 e 2017. Este aumento abismal do número de vítimas pode ser explicado pelo aumento do número de queixas, o que revela uma maior perceção destes crimes por parte das vítimas. Podemos com legitimidade questionar-nos se este número não terá ainda uma outra dimensão e se existirão vítimas, sobretudo do sexo feminino, que até agora não tiveram voz para denunciar os seus companheiros? Se houvesse um movimento *MeToo*, mas relacionado com este tipo de crime? O número de vítimas aumentava? Temo que sim. Pode-se concluir que, tal como acontece com os casos de violência doméstica, há pouca confiança nas autoridades e na justiça e, se quisermos viver numa sociedade decente que não tolere esta inoperância, temos de nos preocupar com razão.

Soluções? Consciencializar, debater, informar, proteger... Este processo passa sobretudo pelos mais jovens e pela forma como a mensagem deve chegar. Mensagem essa que não tem vindo a ser



difundida na população mais jovem com a eficácia que devia. Portanto, é aqui que devemos agir, tirar o mal pela raiz, dizer aos nossos jovens que não estão sozinhos, para não desvalorizarem, explicar que até o mais pequeno insulto e grito pode resultar em algo grave, que podem e devem confiar na justiça e nas autoridades. Solução essa que deve passar pelo nível da justiça e por melhorar a eficácia e rapidez de intervenção da mesma, de modo a transmitir uma maior segurança e confiança às vítimas.

OPINIÃO

Ciência de Dados para todos

**NOVA DISCIPLINA
EM TODAS AS
LICENCIATURAS**

**faz a tua opção de Unidade Curricular
na inscrição no 3º ano**

*ISCTE é pioneiro na formação para
os desafios da transformação digital.*

*Nova disciplina beneficia
do carácter pluridisciplinar do
nosso ensino e investigação.*

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

www.iscte-iul.pt



ATIVIDADES DO NESISCTE

3^{as} NOITES SOCIOLOGICAS

29 MAR 19



Mariana Frazão

Com entrada livre a todas as pessoas interessadas, nesta edição das Noites Sociológicas, que se realizou na Livraria Barata, foi debatido o tema da Saúde, sendo os subtemas: a Morte Assistida, o Serviço Nacional de Saúde e a Vacinação.

FÓRUM DO VOLUNTARIADO

1 ABR 19

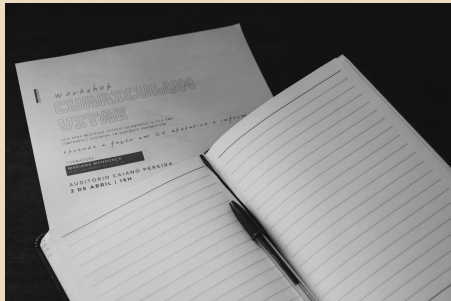


Vânia Mendes

Este evento foi organizado pelo Núcleo de Estudantes de Psicologia (NEP), em parceria com os Núcleos de Estudantes da ESPP e da ECSH. Foi possível reunir e assistir a diversas associações a falar dos seus projetos e houve também a oportunidade de *networking*.

WORKSHOP DE CV

2 ABR 19

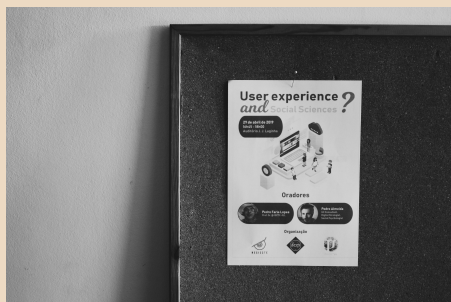


Mariana ferreira

Dada a importância de construir um CV simples, informativo e apelativo para qualquer situação necessária, esta foi uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos úteis na construção deste.

USER EXPERIENCE AND SOCIAL SCIENCES?

29 ABR 19



Mariana Ferreira

Em parceria com a *Association For Computer Machinery* e com o NEP, este evento deu oportunidade aos estudantes de Licenciaturas nas áreas de Ciências Sociais e Tecnologias de aprenderem a gerir estas áreas em seu proveito no mercado de trabalho.

Nesta iniciativa, estudantes tiveram a oportunidade de ser voluntários por um dia, acompanhado a associação *Refood* nas tarefas que eles desempenham no reaproveitamento e redistribuição alimentar, experimentando assim pela primeira vez o voluntariado.

Alunos e alunas do 1º ano tiveram um primeiro contacto com as disciplinas que poderão escolher no 2º semestre do 2º ano da sua licenciatura. Estiveram presentes professores de cada cadeira e foi possível esclarecer dúvidas e compreender as vantagens de cada Unidade Curricular.

Dado que no 3º ano é possível seguir o ramo de Sociologia ou de Políticas Públicas, este evento contou com a participação de alguns docentes de ambos os ramos e de uma docente para falar sobre o estágio em Sociologia.

A 4 de junho deu-se início ao novo mandato do NESISCTE, para o ano letivo 2019/2020, com a tomada de posse dos órgãos sociais do Núcleo de Estudantes de Sociologia do ISCTE-IUL.



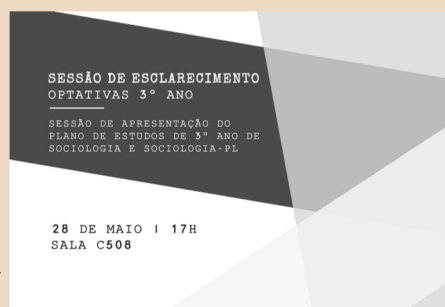
Ricardo Domingues

VOLUNTARIADO POR 1 DIA - REFOOD
3MAI'19



Vânia Mendes

SESSÃO ESCLARECIMENTO 2º ANO
7MAI'19



Filipa Costa

SESSÃO ESCLARECIMENTO 3º ANO
28MAI'19



Tomás Gonçalves

TOMADA DE POSSE NESISCTE
4JUN'19

NÚCLEO CONVIDADO

NUCLEO DE ESTUDANTES DE SOCIOLOGIA DO ISCSP (NES-ISCSP)

Mariana Carrajola

Presidente da Direção do NES-ISCSP no mandato de 2018/19

Terminou agora o ano em que presidi o Núcleo de Estudantes de Sociologia do ISCSP. Foi um ano cheio de conquistas e uma delas está aqui hoje marcada: a união criada entre os Núcleos de estudantes de Sociologia, ao receber um convite por parte do NES do ISCTE para falar um pouco sobre como foi toda esta montanha russa.

Representar todos os alunos de um curso de uma faculdade não parece tarefa assim tão simples, e na verdade não o é, mas torna-se mais fácil quando se tem uma equipa tão boa como aquela que eu tive a meu lado. Começámos como apenas uma ideia, tornamo-nos lista P e, por fim, conseguimos ser o "fucking NES", como vulgarmente nos chamamos no nosso grupo do WhatsApp.

Quando decidimos, enquanto equipa, candidatar-mo-nos à direção do NES-ISCSP foram muitos aqueles que duvidaram de nós e das nossas competências. Na noite das eleições e após a contagem dos votos disseram-me "Parabéns, ganhaste uma coisa em que não terás de fazer nada!". Foi nesse momento em que decidi que queria fazer mais, queria alterar as coisas e queria mostrar àqueles que duvidaram de nós aquilo

de que somos capazes. Não queria que este fosse apenas mais um ano de Núcleo, mas sim O ano do Núcleo de Estudantes de Sociologia do ISCSP.

Sempre com este pensamento em mente, esforçamo-nos para ser e fazer melhor. Esforçamo-nos para mostrar que Sociologia afinal não é um curso sem rumo. Mostrámos que com dedicação, esforço e uma equipa excelente, os Sociólogos conseguem fazer tudo.

“ESFORÇAMO-NOS PARA MOSTRAR QUE SOCIOLOGIA AFINAL NÃO É UM CURSO SEM RUMO. MOSTRÁMOS QUE COM DEDICAÇÃO, ESFORÇO E UMA EQUIPA EXCELENTE, OS SOCIÓLOGOS CONSEGUEM FAZER TUDO.”

Foi um ano de muita aprendizagem, em que senti que conseguimos dar de volta à Sociologia e ao ISCSP, na maneira em que os Núcleos deixaram de ser vistos como algo tão dispensável. Foi um ano de muita alegria,

mas também de muitas dores de cabeça. Foi um ano de rutura. Foi um ano de muito esforço. Foi um ano onde senti que conseguimos exceder as expectativas e levar Sociologia a brilhar mais alto. Foi um ano em que fizemos tudo o que pudemos pelos alunos e para os alunos - conseguimos manter o nosso lema: Por ti, para ti.

Orgulhamo-nos, enquanto equipa, do que alcançámos e do que aprendemos durante este ano. Liderar uma equipa de 27 membros não é propriamente algo que estivesse habituada a fazer, mas com a ajuda de todos eles consegui aprender e melhorar-me enquanto líder. E é para isto que devemos todos trabalhar. É para chegarmos ao final do ano de coração cheio por tudo o que conseguimos atingir. É um orgulho ver que o ano que passou se iniciou com um desconhecimento total do que era o Núcleo e o que ele fazia e terminou com todo um curso ciente de quem éramos e do que fazíamos.

Ao terminar este ano, saio de coração cheio, sabendo que fiz o melhor que pude. Se ficou muita coisa para fazer? Ficou! Mas acredito que o Núcleo que agora inicia funções, seja muito melhor que nós e que nunca irão parar de querer elevar o nome de Sociologia, não só no Instituto, mas também lá fora.

Deixo aqui uma mensagem, não só aos alunos de Sociologia do ISCSP mas a todos os futuros Sociólogos. Nunca duvidem de vocês

e do que vocês são capazes de fazer. Nunca deixem que ninguém vos diga que não são capazes de fazer algo. Trabalhem todos os dias para serem melhores e para conseguirem mostrar do que são capazes.

Não tenham medo de admitir que não sabem fazer algo, perguntem e tentem sempre arranjar uma solução para tudo, porque é isso mesmo que é ser Sociólogo: é pensar sempre fora da caixa e não ter medo de questionar.

Por fim gostaria de desejar a maior das sortes a todos os que agora iniciam ou renovam os mandatos. Continuem o bom trabalho que já tem vindo a ser feito e acima de tudo, acreditem em vocês.

Ao meu Núcleo, agradeço por tudo o que me ensinou e por tudo o que me fez crescer. Continuem sempre assim e sabem que podem esperar que eu esteja sempre disponível para vos apoiar em qualquer decisão.



AS NOSSAS SUGESTÕES

LIVROS

**Fonseca, Rui Pedro (2018), *A Vaca Que Não Ri*,
Lisboa, Livros Horizonte**

Neste livro analisam-se as práticas de consumo de “carne” e de outros produtos de origem animal, considerando o papel significativo da cultura dominante no processo de condicionamento e sedimentação de determinadas perceções, padronizadas, em torno dos animais explorados para fins alimentares, que desempenham um papel fundamental para que as perceções e as práticas de consumo de “carne”, e de outros produtos de origem animal, se mantenham intactas.

**Orwell, George (2018), *A Quinta dos Animais*,
Antígona, 2ª Edição**

Em estilo de fábula, Orwell escreveu uma história em que os porcos são os protagonistas, impregnados de características e comportamentos que fazem parte do quotidiano humano. Nesta história os animais são personificados e assumem inquietantemente os defeitos, os vícios e as atitudes dos seres humanos. É uma crítica vertiginosa à sociedade, ao poder envolvente e à forma como o mesmo pode ser usado para saciar as necessidades dos que o detêm, em detrimento, dos que não têm acesso, o que implica vulnerabilidades e desvantagens para estes últimos.

MÚSICA

Pink Floyd (1977), *Animals*

O décimo álbum dos Pink Floyd – *Animals* – não pauta simplesmente por mais um desempenho incrível da guitarra de David Gilmour e de Roger Waters. Tratando-se de um álbum conceptual, será interessante ter conhecimento prévio da fábula de George Orwell – *Animal Farm* – de 1945 para compreender o quão fascinante é a composição do álbum ao utilizar figurativamente os animais para criticar não o comunismo, mas o capitalismo e as condições sociopolíticas deploráveis da Grã-Bretanha industrial e a forma como os media constituem espaços de mediação da contestação, negociação e conflito da realidade social.

CINEMA

***Rhoma Acans* (2012)**

Realização: Leonor Teles

Rhoma Acans, também conhecida como *Gypsy Eyes*, é uma curta-metragem que surgiu como consequência da vontade da realizadora em conhecer melhor a identidade cigana. Sendo assim, o desenrolar do documentário passa-se no seio da cultura e tradição cigana, junto de uma jovem que se encontra inserida nesta comunidade.

UTOPIA SEMI-REVELADA

José Veiga

Queria dizer alguma coisa,
Uma frase que não bastasse,
Algo que o tempo mudo
E castiço não insinuasse.
Mas tudo ficou por dizer,
Toda a cidade dorme
Neste flagelo que nos consome
Até ao anoitecer.
E eu permaneço
Amargo e incólume,
Intacto no meu castelo de pelo,
Esgueirando-me da fome,
Do inverno e do degelo.
E agora o que sobrou?
Sobramos só nós
Desnudos e livres pelas planícies,
A desenhar cada sopro,
A sós.
A desvendar cada montanha,
Cada réstia de geada,
Na inocência desprevenida
Que se despede da alvorada.
O que sobrou?
Afinal, o que sobrou?
Não sobrou nada,
Nós somos o que ficou.

AGENDA SOCIOLÓGICA

JULHO

15

Seminário “Políticas de Família em Portugal e no Brasil”; ICS-
Ulisboa; Sala 3

24

JULHO

II Congresso Internacional do Centro Interdisciplinar de Estudos
de Género; ISCSP – ULisboa; 08:00 – 17:00

AGOSTO

17

Mestrado em Estudos sobre as Mulheres 2019-2020; FCSH da
Universidade NOVA; Prazo de Candidatura - 2ª fase: 20 de maio a
21 de julho / 3ª fase: 12 a 17 de agosto

02

SETEMBRO

Escola de Verão “Das imagens coloniais à descolonização do
olhar: as lutas dos cinemas negros, indígenas e periféricos”;
FCSH da Universidade NOVA; 2 a 6 de setembro

SETEMBRO

10

IV Conferência “Rumos da Sociologia do Conhecimento, Ciência e
Tecnologia em Portugal”; Instituto de Ciências Biomédicas Abel
Salazar, Universidade do Porto

12

SETEMBRO

Workshop e Conferência ESPAnet; Faculdade de Letras da
Universidade do Porto; 12 a 14 de setembro

SETEMBRO

12

Conferência “Projeto EuroCohort” – Estatísticas Longitudinais:
ciência e políticas públicas; ISCTE-IUL, Auditório J.J. Laginha;
10:00 - 16:30

